

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Carlos Moura/Agência Senado

Damares no TCDF

O presidente do Tribunal de Contas do DF, Manoel de Andrade, completou 73 anos e celebrou com uma festa que reuniu amigos e aliados. No mundo político, a data chama a atenção porque agora faltam apenas dois anos para a aposentadoria compulsória do conselheiro que está há 26 anos na Corte. Um dos nomes que tem sido aventado para substituí-lo, caso a governadora Celina Leão (PP) seja reeleita, é a senadora Damares Alves (Republicanos-DF). Segundo relatos, ela demonstrou interesse na próxima vaga do TCDF.

Em campanha no Norte

Fora da disputa eleitoral porque tem mandato até 2030, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) tem pedido votos para candidatos de várias unidades da federação. Enquanto a campanha pega fogo no DF, Damares passou os últimos dias em Roraima e visitou a feira de Boa Vista. Andou pela cidade, ao lado do governador Soldado Sampaio (Republicanos).

Esquerda com Erika

A Unidade Popular (UP), partido crítico à política econômica do governo Lula, decidiu apoiar Erika Kokay, do PT, ao Senado Federal. O apoio, segundo o Professor Guilherme Amorim (foto), também candidato ao Senado, se dá porque Erika “sempre se colocou ao lado das lutas dos trabalhadores, contra os processos de privatização e pelo fortalecimento dos movimentos sociais no Distrito Federal”. Amorim aparece na pesquisa **Correio**-Inteligência Política, divulgada nesta semana, com 2,2% das intenções de votos. Ele vai pregar o segundo voto em Kokay. Quando cada voto vale, pode ser uma ajuda e tanto.



Divulgação



Instagram

Na carona do bolsonarismo

Uma análise detalhada dos votos para o Senado indica que a disputa está embolada. Michelle Bolsonaro (PL) e Leila do Vôlei (PDT) lideram com, respectivamente, 21% e 17,8%, segundo a pesquisa **Correio**-Opinião Inteligência política. Mas o segundo voto pode alterar o resultado. Bia Kicis, por exemplo, que aparece com 11,6%, tenta conquistar o eleitorado que vota em Michelle e Leila. Para isso, faz campanha com o discurso bolsonarista e imagens com o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, Flávio Bolsonaro.

Herdeira de parte do espólio

Se a candidatura de José Roberto Arruda (PSD) não prosperar na Justiça Eleitoral, a candidata Paula Belmonte (PSDB) pode crescer. No cenário testado pela pesquisa **Correio**-Opinião Inteligência Política sem Arruda na disputa, a tucana chega a 7%. Com ele, Paula aparece com 3,5%.



Marcelo Ferreira CB/DA Press

Cury é a surpresa das últimas semanas

A novidade da campanha presidencial nos últimos dias foi o crescimento do candidato Augusto Cury (Avante) tornando-se o principal nome da terceira via. Ainda distante da polarização entre o presidente Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), mas na frente, por exemplo, de dois ex-governadores bem avaliados em seus estados: Ronaldo Caiado (PSD), de Goiás, e Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais. Esse desempenho do psiquiatra e autor de best-sellers foi registrado também entre o eleitorado do Distrito Federal, segundo revelou pesquisa **Correio**-Opinião Inteligência Política, publicada na quinta-feira. O levantamento, que foi a campo entre 29 e 31 de agosto, de forma presencial, indicou que Cury tem 10,9% das intenções de votos. Flávio lidera com 35,4%, e Lula está em segundo com 29,3%. Caiado aparece com 8,3%, Renan Santos (Missão), 2,7% e Zema, 1,7%. A margem de erro é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.



Marcelo Ferreira/CB/DA Press

“Governadora, vamos sentir a dor da população, larga os seguranças, vamos amanhã, às 5h da manhã, escolhe um terminal de ônibus, vamos pegar o ônibus juntos”

Assinatura (complemento) Ricardo Cappelli, candidato ao GDF (PSB), no debate do Correio e TV Brasília

“O senhor acha que o senhor é o herói do dia 8 de janeiro, candidato? O senhor é o bobo da corte do dia 8 de janeiro, candidato”

Celina Leão, governadora do DF, candidata à reeleição (PP), no debate do Correio e TV Brasília



SÓ PAPOS



À QUEIMA-ROUPA

MELILLO DINIS,
advogado e analista político em Brasília



Ed Alves CB/DA Press

“Aposto no STF como instituição. Mas, até que se atravesse esse pântano, haverá muito som e fúria, muita indignação seletiva, muita hipocrisia e muita exploração política por parte daqueles que lucram com o desgaste institucional”

O embate entre Alexandre de Moraes e André Mendonça, no caso da Operação Compliance Zero, expõe uma divisão política dentro do STF?

A divisão interna do STF tem componentes jurídicos, institucionais, políticos e, agora, também pessoais. Com a judicialização da política, veio no pacote a politização do Judiciário. Agora, há um quadro muito diferente e excepcional. Os ministros costumam funcionar como ilhas que, ocasionalmente, formam arquipélagos em torno de determinadas posições. Houve uma unidade importante em reação aos ataques de 8 de janeiro. Na atual conjuntura, porém, o tribunal se encontra diante de um enorme impasse, sob uma intensa pressão. No cenário político e eleitoral de 2026, com investigações em curso e muitos interesses em disputa, estamos diante de algo muito mais sério, portanto, do que um embate entre dois ministros. Há uma crise institucional. E os caminhos para superá-la são poucos. A saída exige uma combinação de transparência, investigação responsável, colegialidade e disposição para submeter o poder individual de cada ministro aos limites da própria instituição — e coragem!

As conversas entre Moraes e Vrcaro tiram a legitimidade do ministro para permanecer no cargo?

Daniel Vrcaro construiu uma extensa rede de relações empresariais, políticas e institucionais, cuja natureza e eventuais contrapartidas precisam ser rigorosamente investigadas. À medida que parte dessa rede vem a público — e outros fatos ainda podem aparecer —, a República passa a conviver com uma disputa sobre quem esteve mais ou menos próximo dele. Mas a divulgação das mensagens, por si só, não retira automaticamente a legitimidade de Alexandre de Moraes para permanecer no cargo. Existem fatos que precisam ser esclarecidos, responsabilidades que devem ser individualizadas e procedimentos constitucionais que precisam ser respeitados. Colocar toda a conta sobre um único ministro, antes da conclusão das apurações, seria procurar um bode expiatório para uma crise muito mais ampla. Todos os envolvidos devem ser investigados de maneira legal, independente e cuidadosa. Não se pode jogar fora o bebê com a água do banho. A reputação de cada autoridade importa, mas a questão maior é a legitimidade do próprio STF, que precisa dar respostas claras à sociedade. O Poder Judiciário, apesar de seus problemas estruturais, é maior do que o Supremo e continua funcionando, julgando e prestando tutela jurisdicional a milhões de brasileiros.

O inquérito das Fake News voltou ao centro do debate. Até que ponto as críticas de Mendonça colocam em xeque a forma como esse inquérito foi conduzido?

O inquérito das fake news transformou-se em uma investigação monumental, de duração indeterminada, objeto progressivamente ampliado e mecanismos insuficientes de controle, inclusive dentro do próprio STF. Agora, retorna

ao centro do debate da pior maneira possível: como instrumento de uma disputa entre integrantes da própria Corte. É evidente que o STF tem o dever de proteger a instituição e o exercício independente de suas funções. Não se trata de proteger individualmente este ou aquele ministro, mas de defender o papel constitucional do tribunal. O problema está na forma como essa proteção foi construída a partir do inquérito. Não me parece sensato manter esse fio desencapado, provocando novos curtos-circuitos a cada crise. Aqui vale a sabedoria dos mais antigos: quando se está no fundo do poço, a primeira providência é parar de cavar. Está na hora de o plenário estabelecer limites, responsabilidades e uma saída institucional para o encerramento desse inquérito.

Há risco de o conflito entre ministros transformar uma disputa jurídica em uma crise capaz de afetar as eleições?

No Brasil polarizado — e, paradoxalmente, pouco politizado —, praticamente tudo pode afetar as eleições. O curioso, neste caso, é que a crise do STF alcança quase todos, embora de maneiras diferentes. Para o eleitor desencantado com a política ou já instalado em sua bolha, a crise amplia a desconfiança e a indisposição contra as instituições. Para os candidatos que lideram as pesquisas, o quadro também pode produzir desgaste. Lula tende a sofrer mais porque ocupa a Presidência e, em uma eleição de caráter plebiscitário, o candidato à reeleição acaba identificado com o funcionamento — e também com as disfunções — do sistema. Flávio Bolsonaro, por outro lado, terá dificuldade em explorar politicamente o episódio sem explicar os vínculos com pessoas e empresas relacionadas a Vrcaro. Os demais candidatos torcem para que a briga abra espaço eleitoral. Institucionalmente, todos perdem. Eleitoralmente, porém, sempre há quem tente transformar a deterioração da confiança pública em dividendo político.

Quem tende a sair fortalecido desse confronto: o STF ou setores do Congresso que defendem limitar os poderes do Supremo?

No confronto, todos perdem. Moraes e Mendonça ficam expostos. O STF perde autoridade pública. E o sistema político passa a operar sob mais um foco de instabilidade. No curto prazo, podem ganhar espaço os setores que transformam a desconfiança nas instituições em combustível eleitoral e defendem soluções aparentemente fáceis para problemas complexos. Mas limitar abusos individuais não é o mesmo que enfraquecer o Supremo. Uma reforma responsável pode, ao contrário, fortalecer a Corte. Na superação da crise, o primeiro ganho seria da democracia — e da população, que merece confiar em suas instituições. Aposto no STF como instituição. Mas, até que se atravesse esse pântano, haverá muito som e fúria, muita indignação seletiva, muita hipocrisia e muita exploração política por parte daqueles que lucram com o desgaste institucional.